CLWP EÓLICA PARQUE II S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

CNPJ n.º 16.913.777/0001-87
NIRE nº 42 2 0522712-5
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064, Parte – Agronômica – Florianópolis – SC – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da CLWP Eólica Parque II S.A. (Campo Largo II ou Companhia) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12. 2018. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) que detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para explorar a Central Eólica Campo Largo II, com potência instalada de 29,7 MW, garantia física de 16,1 MW médios e energia comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL). Campo Largo II é uma das 11 Centrais Eólicas (Centrais) que compõem o Conjunto Eólico Campo Largo, e está localizada entre os municípios de Umburanas e Santo Sé, Estado da Bahia.

A Companhia não tem empregados e sua administração é realizada pela controladora indireta ENGIE Brasil Energia S.A. (ENGIE Brasil Energia ou EBE), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal diretamente alocado na Central.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social de Campo Largo II pertence à CLWP Brasil Participações S.A., uma *holding* controlada pela ENGIE Brasil Energia.

3. Desempenho Operacional

A Central Eólica Campo Largo II iniciou sua operação comercial no dia 21.12.2018. A partir dessa data, até o fim do período em análise, atingiu uma geração total bruta de 2,9 GWh. O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, foi de 64,5%.

4. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2018.

5. Agradecimentos

A Administração de CLWP Eólica Parque II agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2018.

A Administração

CLWP EÓLICA PARQUE II S.A.

CNPJ Nº 16.913.777/0001-87| NIRE Nº 42 2 0522712-5

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota	31.12.2018	31.12.2017 (Não auditado)
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.467	201
Contas a receber de clientes	5	1.050	-
Outros ativos circulantes		1.104	500
		10.621	**701**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Adiantamentos a fornecedores		1.665	1.603
Outros ativos não circulantes		1.388	-
		3.053	**1.603**
Imobilizado	6	174.613	60.523
Intangível		45	295
		177.711	**62.421**
TOTAL		**188.332**	**63.122**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2018	31.12.2017 (Não auditado)
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	7	36.217	4.060
Financiamento	9	2.353	-
Outros passivos circulantes		84	8
		38.654	**4.068**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Financiamento	9	64.904	-
		64.904	**-**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**10**		
Capital social		86.317	59.499
Prejuízos acumulados		(1.543)	(445)
		84.774	**59.054**
TOTAL		**188.332**	**63.122**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE II S.A.

CNPJ Nº 16.913.777/0001-87| NIRE Nº 42 2 0522712-5

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2018	31.12.2017 (Não auditado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	11	**953**	**-**
Custos da energia vendida			
Depreciação	6	(731)	-
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		(367)	-
Outros		(74)	-
		(1.172)	-
PREJUÍZO BRUTO		**(219)**	**-**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(118)	(99)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**(337)**	**(99)**
Resultado financeiro			
Renda de aplicações financeiras		352	-
Juros e variação monetária sobre financiamentos	9	(1.073)	-
Outras despesas financeiras, líquidas		(40)	(4)
		(761)	**(4)**
PREJUÍZO ANTES DOS TRIBUTOS		**(1.098)**	**(103)**
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	12	-	(29)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		**(1.098)**	**(132)**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	31.12.2018	31.12.2017 (Não auditado)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	**(1.098)**	**(132)**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(1.098)**	**(132)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE II S.A.
CNPJ Nº 16.913.777/0001-87 | NIRE Nº 42 2 0522712-5

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31.12.2016 (Não auditado)		**17.378**	**(313)**	**17.065**
Aumento de capital		42.121	-	42.121
Prejuízo do exercício		-	(132)	(132)
Saldos em 31.12.2017 (Não auditado)	**10**	**59.499**	**(445)**	**59.054**
Aumento de capital		26.818	-	26.818
Prejuízo do exercício		-	(1.098)	(1.098)
Saldos em 31.12.2018	**10**	**86.317**	**(1.543)**	**84.774**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE II S.A.

CNPJ Nº 16.913.777/0001-87| NIRE Nº 42 2 0522712-5

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	31.12.2018	31.12.2017 (Não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos tributos	(1.098)	(103)
Conciliação do lucro (prejuízo):		
Depreciação	731	-
Juros e variação monetária sobre financiamentos	1.073	-
Outros	6	4
Lucro (prejuízo) antes dos tributos ajustado	**712**	**(99)**
Redução (aumento) nos ativos		
Contas a receber de clientes	(1.050)	-
Outros ativos	(1.870)	118
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	210	(227)
Outros	72	1
Caixa gerado nas (utilizado pelas) operações	**(1.926)**	**(207)**
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(28)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(1.926)**	**(235)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e no intangível	(81.262)	(41.727)
Outros	(184)	-
Caixa líquido das atividades de investimento	**(81.446)**	**(41.727)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	26.818	42.121
Captação de financiamento	64.820	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**91.638**	**42.121**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**8.266**	**159**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	201	42
Saldo final	8.467	201
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**8.266**	**159**
Transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa		
Fornecedores de ativos imobilizado	31.945	4.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CLWP EÓLICA PARQUE II S.A.

CNPJ Nº 16.913.777/0001-87| NIRE Nº 42 2 0522712-5
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A CLWP Eólica Parque II S.A. ("Companhia" ou "CLWP II"), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 24.08.2012, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social a implantação e exploração de usina geradora de energia elétrica de fonte eólica e implantação do sistema de transmissão de interesse restrito, podendo negociar créditos de carbono decorrentes de suas atividades e constituir consórcios para consecução do seu objeto social.

A Companhia detém autorização para explorar a Central Eólica Campo Largo II ("Usina"), a qual está localizada nos municípios de Sento Sé e Umburanas (BA) e possui capacidade instalada de 29,7 MW. Em 21.12.2018, a Aneel autorizou o início da operação comercial da Usina.

Adicionalmente, a Companhia é parte do Consórcio Campo Largo, com participação de 9,09%. O Consórcio Campo Largo é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada pela Companhia em suas operações.

A Companhia não tem funcionários e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia"), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

O capital circulante líquido negativo apresentado no balanço de 31.12.2018 decorre, substancialmente, de saldos a pagar para fornecedores em virtude da conclusão da obra do parque. O pagamento ocorrerá através de recursos gerados pelas atividades operacionais da Companhia, que, a partir de 21.12.2018 teve sua liberação comercial.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 26.04.2019.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalente de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Financiamento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens.

c) Demais ativos e passivos circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

d) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

f) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcios Campo Largo são reconhecidos diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

g) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis.

Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à definição de vida útil do ativo imobilizado.

h) Novas normas, alterações e interpretações

Os seguintes pronunciamentos, vigentes a partir de 01.01.2018, não tiveram nenhum efeito importante sobre as transações realizadas pela Companhia em períodos anteriores ou posteriores ao início de sua vigência: (i) CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15); (ii) CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9); (iii) ICPC 21 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento (IFRIC 22); (iv) Alterações no CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações (IFRS 2); (v) Alterações no CPC 11 – Contratos de seguro (IFRS 4); (vi) Alterações no CPC 28 – Propriedades para investimento (IAS 40); (vii) Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); e Revisão anual do CPC n° 12/2017 (IASB ciclo 2014-2016).

i) Novas normas, alterações e interpretações com vigência a partir de 01.01.2019

A partir de 01.01.2019, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia: (i) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16); (ii) Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); (iii) Alterações no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (IAS 19); (iv) Alterações no CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9); (v) ICPC 22 – Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro (IFRIC 23); e (vi) Revisão anual do CPC n° 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A Companhia procedeu à uma avaliação sobre a aplicação dessas novas normas e alterações e, exceto pelas alterações no CPC 06, não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis pela adoção dos novos requerimentos.

j) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16)

Essas alterações introduzem exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A nova norma estabelece que os arrendatários devem reconhecer o passivo decorrente dos pagamentos futuros dos contratos de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo arrendado.

A definição de arrendamento abrange todos os contratos que conferem direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços.

A Companhia realizou a análise de seus contratos e até o presente momento identificou como escopo da norma os contratos de arredamentos das áreas onde estão instalados os parques eólicos. Quando da aplicação da norma, a partir de 01.01.2019, tais contratos de arrendamento serão reconhecidos como um direito de uso do ativo em contrapartida de um passivo financeiro.

A Companhia aplicará a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos do ano anterior à primeira adoção.

Os ativos de direito de uso serão mensurados ao valor dos passivos de arrendamentos no momento da adoção, líquidos dos pagamentos antecipados realizados.

Como resultado da adoção das novas regras, a Companhia espera reconhecer ativos de direito de uso de aproximadamente R$ 3.662, em 01.01.2019, em contrapartida dos passivos de arrendamento.

A apuração desses valores considerou a utilização de julgamentos e estimativas, tais como a definição das taxas de desconto e outros aspectos que necessitam de uma avaliação minuciosa para que possamos atribuir os valores de mensuração.

A Companhia entende que a adoção do CPC 06 (R2) não afetará sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (*covenants*) descritos na Nota 9 – Financiamento, caso as mencionadas obrigações passem a ser incluídas nos cálculos dos *covenants*.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017 (Não auditado)
Caixa e depósitos bancários à vista	33	201
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	8.434	-
	8.467	**201**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora indireta, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2018
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	1.050
	1.050

Os valores a receber da parte relacionada EBV referem-se a um contrato de venda de energia, com vencimento em 2036, tendo seu reajuste feito anualmente em janeiro do respectivo ano.

Não há valores vencidos em 31.12.2018.

NOTA 6 – IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2018			31.12.2017 (Não auditado)
	Taxa média de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	2,7%	6.755	(49)	6.706	-
Máquinas e equipamentos	4,0%	168.589	(682)	167.907	-
		175.344	**(731)**	**174.613**	**-**
Em curso		**-**	**-**	**-**	**60.523**

	175.344	**(731)**	**174.613**	**60.523**

b) Mutação

	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2016 (Não auditado)	**-**	**-**	**14.752**	**14.752**
Ingressos	-	-	45.771	45.771
Saldos em 31.12.2017 (Não auditado)	**-**	**-**	**60.523**	**60.523**
Ingressos	-	-	113.457	113.457
Juros e V.M. capitalizados	-	-	1.364	1.364
Transferências	6.755	168.589	(175.344)	-
Depreciação	(49)	(682)	-	(731)
Saldos em 31.12.2018	**6.706**	**167.907**	**-**	**174.613**

c) Autorização do Órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração do Parque Eólico Campo Largo II, com capacidade instalada de 29,7 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 05.2017.

NOTA 7 - FORNECEDORES

	31.12.2018	31.12.2017 (Não auditado)
Fornecedores de imobilizado	36.007	4.053
Encargos de uso da rede elétrica	140	-
Fornecedores de materiais e serviços	70	7
	36.217	**4.060**

NOTA 8 – GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, a Companhia segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta à taxa de juros e a índices flutuantes relacionados às variações da TJLP.

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de aplicação no mercado financeiro, a Companhia prioriza a aplicação em títulos públicos, possuindo também política de determinação de limites de crédito para as instituições financeiras.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

NOTA 9 – FINANCIAMENTO

a) Mutação

	Circulante	Não circulante	Total
Captação de financiamento	541	64.279	64.820
Juros e variação monetária	265	808	1.073
Juros e V.M. capitalizados	1.364	-	1.364
Transferências	183	(183)	-
Saldos em 31.12.2018	**2.353**	**64.904**	**67.257**

Em abril de 2018, a Companhia contratou financiamento com o BNDES, no valor de R$ 66.625, dos quais R$ 64.820, foram liberados até 31.12.2018. Os recursos foram destinados ao financiamento da construção da Central Eólica Campo Largo II.

b) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

	Valor
2020	4.187
2021	4.187
2022	4.187
2023	4.187
2024	4.187
2025 a 2029	20.937
2030 a 2035	23.032
	64.904

c) Condições contratadas

		Condições de pagamento	
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos
BNDES	TJLP + 2,52% a.a.	06.2035	Mensais, a partir de julho de 2019

O montante correspondente a parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.

e) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) Penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; e (vi) fiança corporativa das Controladoras CLWP Brasil Participações, Engie Brasil Complementares Participações e Engie Brasil Energia.

f) Compromissos contratuais *(covenants)*

A partir do exercício fiscal de 2020, e manter, durante toda a vigência do contrato o seguinte *covenant*:
- Índice de cobertura do serviço da dívida de sua controladora CLWP Brasil Participações S.A ≥ 1,25

NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2018 é de R$ 86.317 (R$ 59.499 em 31.12.2017), representado por 86.317.241 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, das quais 86.317.240 pertencem à controladora Campo Largo Brasil I e 1 pertence à ENGIE Brasil Energias Complementares Participações S.A. ("ECP"). A ECP é controlada pela ENGIE Brasil Energia.

b) Reservas legal e dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 10% do lucro líquido ajustado.

NOTA 11 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	
ENGIE Comercializadora Varejista de Energia Ltda. ("ECV")	1.002
Transações no mercado de curto prazo	48
	1.050
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	
PIS e Cofins	(97)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**953**

NOTA 12 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2017 (Não auditado)	
	IR	CSLL
Resultado antes dos tributos	**(103)**	**(103)**
Alíquota nominal	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**-**	**-**
Diferenças permanentes		
Depreciação Incentivada	-	-
Redução de 10% sobre lucro até R$ 20 mensais		
Outros	(18)	(11)
	(18)	**(11)**
Composição dos tributos no resultado		
Corrente	(18)	(11)
	(18)	**(11)**

NOTA 13 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Os contratos têm vigência até o término das concessões ou das autorizações das usinas. Em 31.12.2018, o valor das obrigações futuras provenientes destes contratos totaliza R$ 51.252.

NOTA 14 – SEGUROS

A Companhia possui seguro de risco operacional cuja cobertura é de R$ 180.180. Adicionalmente, o Conjunto Eólico Campo Largo fase I possui seguro de responsabilidade civil com cobertura total de R$ 60.000.

NOTA 15 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia, vigente a partir de 01.01.2018, com duração de quatro anos, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

b) Venda de energia entre partes relacionadas

A Companhia possui contratos de venda de energia com partes relacionadas, conforme divulgado na Nota 5 – Contas a receber de clientes.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2018, da CLWP EÓLICA PARQUE II S.A..)

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Patricia Fabiana Barbosa Pinto Farrapeira Muller
Diretora Administrativa e Financeira

Carlos Fernando Bandeira Holme
Diretor Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Marcelo Cardoso Malta
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RJ 072259/O-5 T-SC

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Dona Francisca, 260 - sala 1.504
89201-250 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
CLWP Eólica Parque II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CLWP Eólica Parque II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CLWP Eólica Parque II S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós nem por outros auditores.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Deloitte.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Deloitte.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 26 de abril de 2019

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S. L.
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2019 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.